

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

LICITAÇÃO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO

RESUMO

Processo Licitatório:	025/2026
Modalidade:	Pregão Eletrônico com Registro de Preços 016/2026
Fundamento Legal:	Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 068/2023
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ.
Critério de Julgamento	Menor Preço por Item
Modo de Disputa	Aberto
Recebimento Propostas	Início: 26/05/2026 Até 07h59min do dia 11/06/2026
Abertura de Propostas	11/06/2026 às 08h00min
Início disputa:	11/06/2026 às 08h30min
Referência de tempo:	Horário de Brasília
Pregoeiro:	SELMA GONÇALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES
Local de Realização:	Plataforma: www.ammlicita.org.br
Informações:	licitacao@itaipé.mg.gov.br e plataforma da AMM Licita

IMPORTANTE - ATENÇÃO

Aos licitantes RECOMENDAMOS para que se proceda a leitura atenta às condições e/ou exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. PREÂMBULO

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ/MG, por intermédio do Setor de Compras e Licitações, realizará a Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações www.ammlicita.org.br a qual, conforme especificado no termo de referência deste edital.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos pela Servidora nomeada como Agente de Contratação: SELMA GONÇALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES, designado pregoeiro, nomeado pela Portaria Municipal nº 001/2.025, e pela Equipe de Apoio, regidos pela Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e Decreto Municipal nº 068/2023 que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Itaipé - MG, através do endereço eletrônico www.itaipe.mg.gov.br na Plataforma de Licitações AMM LICITA, através do endereço eletrônico www.ammlicita.org.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP através do endereço www.gov.br/pncp) a partir da data de sua publicação.

1.4 Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.ammlicita.org.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Itaipé www.itaipe.mg.gov.br.

1.5 A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em atendimento as demandas da prefeitura municipal de Itaipé, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Das Condições Gerais:

3.1.1 - Poderão participar deste Processo Licitatório as Pessoas Jurídicas que atenderem

a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive as que se referem à documentação.

3.1.2 - A simples participação neste Processo Licitatório importa total, irrestrita e irretratável submissão das proponentes às condições estabelecidas neste Edital.

3.1.3 - O descumprimento de quaisquer das condições de participação estabelecidas neste Edital será motivo para a inabilitação da proponente.

3.2 - Da participação das Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

3.2.1 - Será regida pela Lei Complementar nº 123/2006.

3.2.2 - Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º, abaixo transcrito:

§4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o Art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.3 - Das Vedações:

3.3.1. Não poderão participar deste Processo Administrativo Licitatório, direta ou indiretamente, ou celebrar Contrato dela decorrente, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Edital, as proponentes que:

- 3.3.1.1. Não explorem ramo de atividade compatível com o Objeto desta Licitação;
- 3.3.1.2. Sejam estrangeiras e não funcionem no País;
- 3.3.1.3. Se apresentem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão-de-obra ou cujas atividades não possam ser enquadradas fielmente ao disposto nos Artigos 3º e 4º da Lei Federal nº 5.764/71;
- 3.3.1.4. Integrem de um mesmo grupo econômico, de direito ou de fato, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.3.1.5. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e/ou impedimento de contratar com esta Administração, nos termos do Inciso III do Artigo 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021;
- 3.3.1.6. Tenham sido declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas, nos termos do Inciso IV do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 3.3.1.7. Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;
- 3.3.1.7.1. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;
- 3.3.1.8. Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 3.3.1.9. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os servidores e os empregados públicos municipais não poderão firmar contratos com o Município.
- 3.3.2. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão ofertar propostas para o(s) mesmo(s) item(ns) do Certame.

3.3 - Da Participação de Consórcios:

- 3.3.1 Será permitida a participação de consórcios, na forma do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.3.2 As empresas reunidas em consórcio deverão apresentar, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição.
- 3.3.3 Deverá ser indicada, na proposta de preços, a empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança.
- 3.3.4 Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na forma determinada neste Edital, sob pena de inabilitação.

3.3.4.1 Para efeito de qualificação econômico-financeira, quando exigidas comprovações além da Certidão Negativa de Falência e/ou Concordata, poderá ser considerado o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

3.3.5 As empresas integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.

3.3.6 É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio participante do Certame.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.ammlicita.org.br, no local específico dentro do processo administrativo licitatório em análise - cabendo o pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis.

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações www.ammlicita.org.br.

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Itaipé ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às

exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

- a) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- b) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- c) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- d) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- e) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- f) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
- g) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- h) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, preferencialmente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8 - Os documentos de habilitação quando não juntados concomitantemente com a proposta ou documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, em no máximo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

6.9 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9.1 - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

6.10 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.12 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.13 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor unitário e total do lote e seus itens;

7.1.2 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

7.8 - Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser preferencialmente anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

7.9 - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, em que será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de no máximo 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado. A critério do pregoeiro, desde que haja manifestação expressa e justificada do interessado antes do término do prazo inicial, o prazo poderá ser prorrogado.

8.1.1 Na hipótese de necessidade de envio de informações complementares, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

8.2 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021,

legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

8.4 Os documentos exigidos para a habilitação neste processo licitatório constam no Anexo V.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

9.3 - As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser

R\$ 0,01 (um centavo).

9.10 - Será adotado o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

9.11 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.14 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.18 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.19 - Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá, justificadamente, excluir lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.20 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.22 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.23 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.24 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance

serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25 - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

9.29 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal 14.133/2021, a saber:

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34 - Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

10.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, salvo comprovação de oscilação de mercado ocorrido após a elaboração dos orçamentos até a data de abertura das propostas.

10.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.4 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5 - O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

10.7 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que

tenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.09 - Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.10 - O pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.11- Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.12- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, quando aplicável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2 - O pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/menor vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/menor vantajoso.

11.3 - Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6 - Serão rejeitadas as propostas que:

11.6.1 - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do pregoeiro.

11.7 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8 - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente o pregoeiro poderá liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

13. DO RECURSO

13.1 - O pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.3 - Havendo quem se manifeste, caberá o pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2 - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da

licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

15.1 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

15.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

15.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

15.1.5. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato administrativo;

15.1.6. Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo;

15.1.7. Cientificar seu órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

15.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato administrativo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

15.1.9. Concluída a instrução do requerimento, o Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

15.1.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.2.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus documentos complementares, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

15.2.2 - E-MAIL preferencialmente INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço/ata, e-mail, preferencialmente institucional, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, atas, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

15.2.3 - Efetuar a entrega do objeto licitado nos órgãos situados na sede do Município no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao município de Itaipé - MG.

15.2.4 - Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

15.2.5 - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

15.2.6 - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Itaipé - MG, caso este seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

15.2.7 - Garantir os produtos contra defeitos de fabricação e, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

15.2.7.1 - Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

15.2.8 - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de Itaipé, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

15.2.9 - Substituir, no prazo máximo conforme termo de referência, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo conforme termo de referência, podendo o município de Itaipé - MG conceder prazo maior.

15.2.10 - Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

15.2.11 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus documentos complementares, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

15.2.12- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo conforme termo de referência consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

15.2.13- Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais documentos complementares.

15.2.14- Manter durante a execução deste contrato/ata todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.2.15- Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

15.2.16- Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Itaipé - MG ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

15.3 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

16. DA ATA / CONTRATO

16.1 - A ata / contrato será firmada nos termos da Minuta constante do Anexo II ou III do presente edital.

16.2 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail para assinar o contrato, que obedecerá desse edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

16.2.1 O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra para sua decisão.

16.3 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato/ARP ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato/ARP, conforme art. 90 da Lei Federal 14.133/2021.

16.4 - Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação (regularidade fiscal) consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17. DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pela Secretaria Interessada neste processo, que acompanhará a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

5.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o

Município de Itaipé e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- c) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d) Agir e decidir em nome do município, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
- g) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento disposto neste instrumento;
- k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- l) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do CONTRATANTE;
- m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

18. DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até 30 dias, à CONTRATADA, através da Tesouraria, APÓS A ACEITAÇÃO DEFINITIVA, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo.

18.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o fornecimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

18.1.2 - A contagem para o 30º, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação DEFINITIVA e aceite do produto/equipamento pela fiscalização do Município de Itaipé - MG e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

18.1.3 - Para execução do pagamento, licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal

correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Itaipé - MG, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

18.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Itaipé - MG.

18.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da licitante vencedora.

18.3 - O Município de Itaipé - MG poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela licitante vencedora caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A licitante vencedora deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Itaipé - MG.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante vencedora atenda à cláusula infringida.
- c) A licitante vencedora retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Itaipé - MG.
- d) Débito da licitante vencedora para com o Município de Itaipé - MG quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

18.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Itaipé - MG, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGPM- FGV do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: licitacao@itaipemg.gov.br.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Itaipé - MG, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial,

intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Itaipé - MG, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada no inciso “e”, quando ocorrido a seguinte situação:

f.1) Quando fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou mercadorias, prestação de serviços ou contrato dela decorrente:

I - Entregando uma mercadoria por outra;

II - Alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida

f.2) Sempre que anteriormente tenha sido aplicada a suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

f.3) Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao Município de Itaipé - MG, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção.

f.4) - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/2021;

f.5) - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

20.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com o município de Itaipé - MG poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

20.1.1 - Retardarem a execução do pregão;

20.1.2 - Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

20.1.3 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

21. PRAZO DE ENTREGA

21.1 - A entrega do objeto da presente licitação deverá ser realizada nos prazos estabelecidos de acordo com o Termo de Referência do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo setor competente ou documento equivalente, nos termos do Termo de Referência.

21.2 - Todas as despesas pertinentes a entrega serão de responsabilidade da licitante vencedora como fretes, cargas e descargas.

22. DO REAJUSTAMENTO

22.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis:

22.1.1 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato de príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Fornecedor Registrado e a retribuição do Município de Itaipé para a justa remuneração da prestação de serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata de registro de preço.

22.1.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterado ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes, para mais ou menos, conforme o caso.

22.1.3 - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo prestador de serviços Registrado, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preço, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos nas quais constarão a situação anterior e a situação atual que eventualmente justificarão o reajuste da ata de registro de preço, bem como documentação correlata (lista de preços, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias primas, etc) que comprovem que o registro dos preços tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

22.1.4 - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Município de Itaipé, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preço, sem prejuízo da Municipalidade.

22.1.5 - Fica facultado ao Município de Itaipé realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pelo Fornecedor Registrado.

22.1.6 - A eventual autorização da revisão dos preços registrados será concedida após análise técnica e jurídica do Município de Itaipé, porém contemplará os serviços prestados a partir da data do protocolo do pedido no Setor de Licitações.

22.1.6.1 - Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, o fornecedor registrado não poderá suspender os serviços, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

22.1.6.2 - O Fornecedor Registrado deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos serviços realizados após o protocolo do pedido de revisão.

22.1.6.3 - A planilha de composição de custos deverá ser apresentada juntamente com a proposta.

23. DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO

23.1 - O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições propostas, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

24. DA SIGILO E DE PROTEÇÃO DE DADOS

24.1 - O Fornecedor e Órgão Gerenciador, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, sendo certo que se adaptará, inclusive, à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

24.2 - Fornecedor e Órgão Gerenciador se obrigam ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados ao sigilo profissional.

24.3 - As partes se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste instrumento, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares;

24.4 - O Fornecedor e Órgão Gerenciador se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes;

24.5 - O Município de Itaipé/MG, não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte do Fornecedor e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados;

24.6 - O órgão Gerenciador não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento do Município de Itaipé /MG não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

24.7 - O Município de Itaipé /MG não irá compartilhar nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da Lei Federal nº 13.709/2018, que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular;

24.8 - O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato;

24.9 - Eventuais violações externas que atinjam o sistema de proteção do Município de Itaipé /MG serão comunicadas aos titulares, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

24.10 - Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

24.9.1 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

24.9.2 Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

24.9.3 Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

24.9.4 Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 - Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

25.2 - Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

25.3 - É facultado o pregoeiro ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

25.4 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos fornecimentos, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

25.5 - Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os fornecimentos, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

25.6 - Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

25.7 - Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei Federal 14.133/2021, no artigo 155, com aplicação das sanções previstas no

art. 156 da mesma Lei Federal.

25.8 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

25.9 - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o CONTRATANTE a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

25.1 - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

25.10 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

25.11 - O PREGOEIRO, no interesse da Administração, poderá releva omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.12 - É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

25.13 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo pregoeiro de forma exclusiva pela plataforma de licitações AMM LICITA (www.ammlicita.org.br).

25.14 - Complementam o Presente Edital, como documentos complementares, na plataforma AMM LICITA:

- a) Termo de Referência;
- b) Minuta da Ata;
- c) Minuta do Contrato.

25.15 - Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico www.ammlicita.org.br, www.gov.br/pncp ou www.itaipe.mg.gov.br.

25.16 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

25.17 - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.

25.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos

complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.19 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo.

25.20 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo administrativo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no art. 337, da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.21 - O licitante vencedor reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

25.22 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.23 - O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato/Ata.

25.24 - O foro da Justiça Estadual de Novo Cruzeiro - MG, é eleito para dirimir os eventuais litígios que decorrerem da execução deste contrato administrativo que não puderem ser compostos pela conciliação (§ 1º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021).

25.25 - Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, localizada na Praça Frei Wenceslau, 01, Centro, CEP: 39.815-000 - Itaipé-MG, nos dias úteis, das 07h00 às 13h00 ou pelo telefone (33)99923-7938 e-mail: licitacao@itaipé.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através da Plataforma de Licitações www.ammlicita.org.br.

Itaipé - MG, 25 de Maio de 2026.

REGIANE PEREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

SELMA GONÇALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES

Agente de Contratação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 025/2026

Pregão Eletrônico nº 016/2026

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais que regulamenta Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito municipal de Itaipé - MG, e suas alterações, apresentamos o presente Termo de Referência para subsidiar a administração Municipal, na eventual contratação.

1. OBJETIVO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo definir os conjuntos de elementos que norteiam a contratação de empresa para o Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em atendimento as demandas da prefeitura municipal de Itaipé.

1.2. A quantidade estimada baseia-se na média de consumo de anos anteriores, conforme demonstrado abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Especificação	Quant	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
1	ABACATE	KILOGRAMA	ABACATE FRUTO DE TAMANHO MEDIO COM CARACTERISTICAS "INTEGRAS COM POLPA INTACTA FIRME E LIMPA COM COLORACAO E TAMANHO UNIFORMES TIPICOS DA VARIEDADE SEM BROTO SEM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA NAO APRESENTANDO MANCHAS BOLORES OU OUTRO	100	R\$ 10,91	R\$ 1.090,67
2	ABACAXI EM GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO	KILOGRAMA	ABACAXI EM GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO E EM BOM ESTADO DE CONSERVACAO	1000	R\$ 9,36	R\$ 9.360,00
3	ABOBORA TIPO MORANGA	KILOGRAMA	ABOBORA TIPO MORANGA FRUTO DE TAMANHO GRANDE COM POLPA INTACTA E LIMPA APRESENTANDO TAMANHO E COLORACAO UNIFORME TIPICOS DA VARIEDADE ISENTA DE ENFERMIDADES FISICAS E MECANICAS ORIUNDAS DO MANUSEIO E TRANSPORTE NAO APRESENTANDO MANCHA	2500	R\$ 7,37	R\$ 18.416,67
4	ABOBORA VERDE ABOBRINHA	KILOGRAMA	ABOBORA VERDE ABOBRINHA TIPO ITALIANA COM POLPA INTACTA E LIMPA APRESENTANDO TAMANHO E COLORACAO UNIFORME TIPICOS DA VARIEDADE ISENTA DE ENFERMIDADES FISICAS E MECANICAS ORIUNDAS DO	1000	R\$ 6,00	R\$ 6.000,00

			MANUSEIO E TRANSPORTE NAO APRESENTANDO MANCHAS MAR			
5	AÇUCAR CRISTAL BRANCO 5KG AÇUCAR	PACOTE	AÇUCAR CRISTAL BRANCO 5KG AÇUCAR, TIPO: CRISTAL. DESCRIÇÃO ADICIONAL: OBTIDO DA CANA DE AÇUCAR, TIPO CRISTALIZADO, COM ASPECTO COR E CHEIRO PRÓPRIO, SABOR DOCE, SEM FERMENTAÇÃO. FORNECIDO EM PACOTE DE 5KG. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES ACERCA DE: PROCEDÊNCIA, MARCA, PRAZO DE VALIDADE, ENTRE OUTROS (NO QUE COUBER), E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OBSERVADAS AS SUAS ESPECIFICAÇÕES.	4000	R\$ 20,87	R\$ 83.466,67
6	ADOCANTE DIETETICO	FRASCO	ADOCANTE DIETETICO COMPOSTO DE SACARINA SODICA E CICLAMATO DE SODIO LIQUIDO COM VALIDADE MINIMA NA DATA DA ENTREGA DE 1 ANO ACONDICIONADO EM FRASCOS COM 200ML CADA E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM RESOLUCAO RDC 271 05 ANVISA "	300	R\$ 10,30	R\$ 3.090,00
7	ALFACE HORTALICA FRESCA COM FOLHAS INTEGRAS LIMPA LAVADA	KILOGRAMA	ALFACE HORTALICA FRESCA COM FOLHAS INTEGRAS LIMPA LAVADA COLORACAO UNIFORMES ISENTA DE SUJIDADES INSETOS PARASITAS LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A SUPERFICIE EXTERNA NAO DEVE APRESENTAR QUAISQUER LESOES DE ORIGEM	600	R\$ 9,40	R\$ 5.640,00
8	ALHO BULBO DE TAMANHO MEDIO	KILOGRAMA	ALHO BULBO DE TAMANHO MEDIO COM CARACTERISTICA INTEGRAL E DE PRIMEIRA QUALIDADE " ISENTOS DE SUJIDADES INSETOS PARASITAS LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A CASCA NAO DEVENDO APRESENTAR LESOES DE ORIGEM FISICA MECANICA OU BIOLOGICA I	1000	R\$ 27,80	R\$ 27.800,00
9	ACHOCOLATADO 400G	PACOTE	ALIMENTO ACHOCOLATADO 400G OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PO SOLUVEL LEITE EM PO E OU SORO EXTRATO DE MALTE ACUCAR E SAL CONSTITUIDO DE PO FINO E HOMOGENEO ISENTO DE SOJA OU FARINHA SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS ACONDICIONADO EM SACO	1500	R\$ 7,47	R\$ 11.205,00
10	ALMEIRAO HORTALICA FRESCA COM FOLHAS INTEGRAS	KILOGRAMA	ALMEIRAO HORTALICA FRESCA COM FOLHAS INTEGRAS LIMPA LAVADA COLORACAO UNIFORMES ISENTA DE SUJIDADES INSETOS PARASITAS LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A SUPERFICIE EXTERNA NAO DEVE APRESENTAR QUAISQUER LESOES	50	R\$ 16,41	R\$ 820,67

11	AMENDOIM COM PELE 500G	PACOTE	AMENDOIM COM PELE CONSTITUÍDO DE GRAOS INTEIROS SAOS LIMPOS E DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM FERMENTAÇÃO E MOFO ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A CONTAR DA ENTREGA CONTENDO 500G	1000	R\$ 11,39	R\$ 11.393,33
12	AMIDO DE MILHO FIO BRANCO 500G	PACOTE	AMIDO DE MILHO FIO BRANCO COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS "ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS VALIDADE MINIMA 10 MESES A CONTAR DA ENTREGA ACONDICIONADO EM SACO DE PAPEL IMPERMEAVEL FECHADO CONTENDO 500G	2000	R\$ 5,98	R\$ 11.960,00
13	PRESUNTO	KILOGRAMA	Cozido, sem capa de gordura, elaborado com pernil suíno, cor: rosada, com validade de pelo menos 30 dias, embalagem primária: saco de polietileno atóxico, resistentes, termossoldado.	300	R\$ 27,22	R\$ 8.165,00
14	ARROZ BRANCO 5KG	PACOTE	ARROZ BRANCO 5KG ARROZ BENEFICIADO, TIPO: AGULHINHA, BRANCO, SUBGRUPO: POLIDO, CLASSE: LONGO FINO, QUALIDADE: TIPO 1. DESCRIÇÃO ADICIONAL: ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. FORNECIDO EM PACOTE DE 5KG. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES ACERCA DE: PROCEDÊNCIA, MARCA, PRAZO DE VALIDADE, ENTRE OUTROS (NO QUE COUBER), E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OBSERVADAS AS SUAS ESPECIFICAÇÕES.	2500	R\$ 29,63	R\$ 74.083,33
15	AVEIA EM FLOCOS FINOS 200G	UNIDADE	AVEIA EM FLOCOS FINOS: PRODUTO OBTIDO ATRAVÉS DE UM PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO: LAMINAÇÃO DE GRÃOS DE AVEIA APÓS CLASSIFICAÇÃO, DESCASCAMENTO E TRATADOS TERMICAMENTE PARA INATIVAÇÃO ENZIMÁTICA. OS GRÃOS DEVEM SER PROCESSADOS SEGUINDO AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, DE MODO A ATENDER TODOS OS PADRÕES DE QUALIDADE, SENDO INÓCUO À SAÚDE E PRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO. UMIDADE: 11,5% MAX. PROTEÍNA: 11% MIN. GORDURA: 9,5% MAX. ACIDEZ: 4,0 (ML NAOHN/ 100G) MAX. EM EMBALAGENS DE 200G	1000	R\$ 7,95	R\$ 7.950,00
16	AZEITE DE OLIVA EXTRA	UNIDADE	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM 500ML PRODUTO DA PRENSAGEM A FRIO DA AZEITONA ACIDEZ MENOR	100	R\$ 40,36	R\$ 4.036,33

	VIRGEM 500ML		QUE 1 COLORACAO AMARELA ESVERDEADO QUE POSSAM SER NOVAMENTE TAMPADAS APOS ABERTA A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO			
17	AZEITONA COM CAROCO EMBALAGEM DE VIDRO 500 GRS	UNIDADE	AZEITONA COM CAROCO EMBALAGEM DE VIDRO ISENTA DE SUBSTANCIA ESTRANHAS "AO PRODUTO QUE SEJAM IMPROPRIAS PARA O CONSUMO OU QUE ALTEREM SUAS CARACTERISTICAS NATURAIS FRASCO COM 500 GRS	200	R\$ 24,86	R\$ 4.972,67
18	BALA TIPO GOMA, SABORES SORTIDOS DE FRUTAS, TIPO JUJUBA - EMBALAGEM 1 KG	UNIDADE	BALA TIPO GOMA, SABORES SORTIDOS DE FRUTAS, TIPO JUJUBA - EMBALAGEM 1 KG	2000	R\$ 60,14	R\$ 120.280,00
19	BANANA PRATA OU MACA	KILOGRAMA	BANANA PRATA OU MACA FRUTO MEDIO LIMPO ACONDICIONADO DE FORMA A EVITAR DANOS FISICOS MECANICOS OU BIOLOGICOS INTEGRO LIMPO DE VEZ (POR AMADURECER) APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPPORTAR A MANIPULACAO TRANSPOR	2000	R\$ 16,51	R\$ 33.020,00
20	BATATA DOCE GRAUDA	KILOGRAMA	BATATA DOCE GRAUDA INTEGRAS LIMPA LAVADA OU ESCOVADA COLORACAO UNIFORMES ISENTA DE SUJIDADES INSETOS PARASITAS LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A SUPERFICIE EXTERNA NAO DEVE APRESENTAR QUAISQUER LESOES DE ORIGEM FISICA	1000	R\$ 7,09	R\$ 7.093,33
21	BATATA FRITA PACOTE 1 KG	PACOTE	BATATA FRITA PROCESSADA COMPOSICAO BASICA GORDURA VEGETAL "SAL REFINADO SABOR NATURAL PALHA PESANDO 1 KG COM VALIDADE DE 4 MESES A PARTIR DA ENTREGA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA ATOXICA FLEXIVEL TERMOSSELADA CONTENDO 1 KG	500	R\$ 18,93	R\$ 9.466,67
22	BATATA INGLESA	KILOGRAMA	BATATA INGLESA TUBERCULO NO ESTADO IN NATURA "GENUINAS SAS DE PRIMEIRA QUALIDADE LAVADO OU ESCOVADO COLORACAO UNIFORME ISENTOS DE PARASITAS LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A CASCA NAO APRESENTAR QUAISQUER LESOES DE ORIGEM FISICA.	5000	R\$ 10,32	R\$ 51.583,33
23	BATATA PALHA	PACOTE	BATATA PALHA INTEGRAL E CROCANTE EMBALADO EM PLASTICO RESISTENTE	160	R\$ 6,41	R\$ 1.026,13

	INTEGRA E CROCANTE EMBALAGEM 200G		" COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE REGISTRO NO SSAP OU MS EMBALAGEM 200G			
24	BEBIDA LÁCTEA UHT SABOR CHOCOLATE 200ML	UNIDADE	BEBIDA LÁCTEA UHT SABOR CHOCOLATE 200ML	1000	R\$ 7,02	R\$ 7.020,00
25	BETERRABA	KILOGRAMA	BETERRABA TUBERCULO NO ESTADO NATURAL SAS LAVADO OU ESCOVARADO DE COLORACAO UNIFORME ISENTOS DE SUJIDADES INSETOS PARASITAS LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A CASCA NAO DEVE APRESENTAR QUAISQUER LESOES DE ORIGEM FISICA	500	R\$ 5,28	R\$ 2.640,00
26	BOLACHA DE DOCE TIPO MAISENA " BOLACHA DE DOCE TIPO MAISENA CAIXA DE 1,035 kg COM PACOTES INTERNOS INDIVIDUAIS DE 115 GRS	CAIXA	BOLACHA DE DOCE TIPO MAISENA " BOLACHA DE DOCE TIPO MAISENA CAIXA DE 1,035 kg COM PACOTES INTERNOS INDIVIDUAIS DE 115 GRS	2000	R\$ 16,58	R\$ 33.153,33
27	BOLACHA DE DOCE TIPO MARIA	PACOTE	Biscoito doce tipo Maria, composição básica farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, sal, fermentos químicos e demais ingredientes permitidos pela legislação vigente. Produto de textura crocante, sabor suave, íntegro, sem umidade, mofos ou odores estranhos. Embalagem primária em filme plástico resistente e atóxico, contendo aproximadamente 350g a 400g, devidamente lacrada, com identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	1500	R\$ 20,83	R\$ 31.250,00
28	BOLACHA DE SAL TIPO CREAM CRAKER	CAIXA	BOLACHA DE SAL TIPO CREAM CRAKER BOLACHA DE SAL TIPO CREAM CRAKER CAIXA DE 1,15 KG "COM PACOTES INTERNOS INDIVIDUAIS DE 115 GRS	2500	R\$ 19,60	R\$ 48.991,67
29	BOLINHO PRONTO SABORES DIVERSOS SEM RECHEIO,	CAIXA	BOLINHO PRONTO SABORES DIVERSOS SEM RECHEIO, CAIXA COM 14 UNIDADES PESO UNITÁRIO: 30G	1000	R\$ 26,01	R\$ 26.006,67

	CAIXA COM 14 UNIDADES PESO UNITÁRIO: 30G					
30	BOMBOM TIPO BOLA PACOTE ENTRE 750G E 1KG. PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES.	PACOTE	BOMBOM TIPO BOLA, COM RECHEIO DE CASTANHA DE CAJU, AMENDOIM, AVELÃ OU OUTROS SABORES DIVERSOS ENVOLVIDO POR UMA CAMADA DE BISCOITO TIPO WAFER E COBERTO COM UMA CAMADA DE CHOCOLATE, CHOCOLATE BRANCO OU OUTRAS COBERTURAS DIVERSAS, COM PESO UNITÁRIO ENTRE 15GRS A 20GRS, PACOTE ENTRE 750G E 1KG. PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES.	600	R\$ 33,20	R\$ 19.920,00
31	CAIXA DE BOMBONS DE NO MÍNIMO 250G	CAIXA	CAIXA DE BOMBONS DE NO MÍNIMO 250G. APRESENTAÇÃO: A EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE SER ALUMINIZADA ENVOLVENDO O BOMBOM E A SECUNDÁRIA COM PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO. CARACTERÍSTICAS: BOMBOM COM FORMATOS E RECHEIOS SORTIDOS. A EMBALAGEM DEVE CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DO PRODUTO	500	R\$ 28,23	R\$ 14.115,00
32	CANELA EM PAU. PACOTE DE 20G	UNIDADE	CANELA EM PAU: ESPECIARIA OBTIDA DA PARTE INTERNA DA CASCA DO TRONCO DA CANELEIRA. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO ÍNTEGRO, ATÓXICO, RESISTENTE, VEDADO. PACOTE DE 20G	20	R\$ 16,25	R\$ 324,93
33	CANELA EM PO FINA	PACOTE	CANELA EM PO FINA HOMOGENEA OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS 01 KG "GENUINOS DE COLORACAO PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO COM ASPECTO CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIOS LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE ACONDICIONADA	80	R\$ 57,24	R\$ 4.579,20
34	CANJIQUEINHA DE MLHO	PACOTE	CANJIQUEINHA DE MLHO DE PRIMEIRA QUALIDADE ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE CONTENDO 1KG ATOXICO COM VALIDADE MINIMA DE 06 MESES	2000	R\$ 5,80	R\$ 11.606,67
35	CEBOLA BRANCA	KILOGRAMA	CEBOLA BRANCA BULBO DE TAMANHO MEDIO COM CARACTERISTICA INTEGRAL "DE PRIMEIRA QUALIDADE ISENTOS DE SUJIDADES INSETOS PARASITAS LARVAS E CORPOS	1000	R\$ 46,90	R\$ 46.900,00

			ESTRANHOS ADERIDOS A CASCA NAO APRESENTAR QUAISQUER LESOES DE ORIGEM FISICA			
36	CENOURA INTACTA FIRME E LIMPA	KILOGRAMA	CENOURA RAIZ TUBEROSA SUCULENTA COM POLPA INTACTA FIRME E LIMPA COM COLORACAO (ALARANJADA) E TAMANHO UNIFORMES TIPICOS DA VARIEDADE SEM BROTO SEM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA NAO APRESENTANDO MANCHAS BOLORES OU OUTROS DEFEITOS	3000	R\$ 3,86	R\$ 11.580,00
37	CHANTILLY EMBALAGEM DE 1 LITRO	UNIDADE	CHANTILLY, EMBALAGEM DE 1 LITRO - EMULSÃO FLUIDA ESTERILIZADA ATRAVÉS DE PROCESSO UHT, A BASE DE GORDURA VEGETAL, SABOR ADOCICADO CARACTERÍSTICO A CHANTILLY ÁGUA, ÓLEO DE PALMISTE HIDROGENADO, AÇÚCAR, SAL, UMECTANTE SORBITOL, ESTABILIZANTES CASEINATO DE SÓDIO, CELULOSE MICROCRISTALINA, CARBOXIMETILCELULOSE, LECITINA DE SOJA, CITRATO TRISSÓDICO, FOSFATO DISSÓDICO, EMULSIFICANTES ÉSTER DE ÁCIDO GRAXO DE MONO E DIGLICERÍDEOS, MONOGLICERÍDEOS, ÉSTERES DE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS COM ÁCIDO DIACETIL TARTÁRICO E CORANTE NATURAL URUCUM E CURCUMA. SER ENTREGUE EM EMBALAGENS DE 1 LITRO TETRA PACK.	100	R\$ 15,83	R\$ 1.583,33
38	CHEIRO VERDE	KILOGRAMA	CHEIRO VERDE VERDE COM MOLHO GRAUDO BRILHANTES SEM EXCESSO DE UMIDADE SEM SINAIS DE AMARELAMENTO SEM TALOS AMOLECIDOS OU FOLHAS ESCURAS E MURCHAS ACONDICIONADA EM SACOLAS PLASTICAS TRANSPARENTES	600	R\$ 12,33	R\$ 7.398,00
39	CHOCOLATE AO LEITE GRANULADO PCT CONTENDO 120 G	PACOTE	CHOCOLATE AO LEITE GRANULADO PREPARADO COM ACUCAR CACAU EM PO AMIDO DE MILHO GLUCOSE DE MILHO OLEO DE SOJA EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE NAO CONTEM GLUTEN COM VALIDADE MIN DE 11 MESES A CONTAR DA ENTREGA, PCT CONTENDO 120 G	500	R\$ 6,13	R\$ 3.063,33
40	OVO DE PASCOA PESO 120 GRAMAS RECHEADO COM 01 (UM) BOMBOM DE FABRICAÇÃO ARTESANAL	UNIDADE	CHOCOLATE AO LEITE TIPO OVO DE PASCOA PESO 120 GRAMAS RECHEADO COM 01 (UM) BOMBOM DE FABRICAÇÃO ARTESANAL DEVIDAMENTE EMBALADO, CONFECCIONADO COM CHOCOLATE AO LEITE, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA NESTLE, INGREDIENTES DO CHOCOLATE: AÇÚCAR, MANTEIGA DE CACAU, LEITE	2600	R\$ 22,63	R\$ 58.838,00

	DEVIDAMEN TE EMBALADO		EM PÓ, GORDURA VEGETAL, CACAU EM PÓ, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E POLI GLICEROL, POLIRRICINOLETO E AROMATIZANTE			
41	OVO DE PASCOA PESO 150 GRAMAS RECHEADO COM 2 (DOIS) BOMBONS DE FABRICAÇÃO ARTESANAL	UNIDADE	OVO DE PASCOA PESO 150 GRAMAS RECHEADO COM 2 (DOIS) BOMBONS DE FABRICAÇÃO ARTESANAL DEVIDAMENTE EMBALADO, CONFECCIONADO COM CHOCOLATE AO LEITE, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA NESTLE, INGREDIENTES DO CHOCOLATE: AÇÚCAR, MANTEIGA DE CACAU, LEITE EM PÓ, GORDURA VEGETAL, CACAU EM PÓ, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E POLI GLICEROL, POLIRRICINOLETO E AROMATIZANTE	2400	R\$ 25,32	R\$ 60.776,00
42	CHOCOLATE EM BARRA	KILOGRAMA	CHOCOLATE EM BARRA, É A CONFECCÃO DE CHOCOLATE NA FORMA DE BARRA. EM GERAL, APRESENTA COMO BASE INGREDIENTES COMO CACAU EM PÓ, MANTEIGA DE CACAU, AÇÚCAR E LEITE. A MAIOR PRESENÇA OU AUSÊNCIA DE UM OU MAIS DESSES INGREDIENTES FORMA AS SUBCLASSES DAS BARRAS DE CHOCOLATE, COMO O CHOCOLATE AMARGO, AO LEITE E BRANCO. TAMBÉM PODEM SER COLOCADOS ADITIVOS ALIMENTARES, COMO LECITINA DE SOJA E BAUNILHA.	500	R\$ 44,41	R\$ 22.205,00
43	CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU EMBALAGEM CONTENDO 1 KG	UNIDADE	CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU. CHOCOLATE EM PÓ 50% DE CACAU EMBALAGEM DE KG - CHOCOLATE EM PÓ, COM O MÍNIMO DE 50% DE CACAU, EMBALAGEM CONTENDO 1 KG	250	R\$ 41,97	R\$ 10.492,50
44	CHUCHU FRUTO DE TAMANHO MEDIO	KILOGRAMA	CHUCHU FRUTO DE TAMANHO MEDIO COM CARACTERISTICAS INTEGRAS "DE PRIMEIRA QUALIDADE COM POLPA INTACTA FIRME E LIMPA COM COLORACAO E TAMANHO UNIFORMES TIPICOS DA VARIEDADE SEM BROTO SEM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA NAO APRESENTANDO	2000	R\$ 7,90	R\$ 15.793,33
45	COCO RALADO AMENDOAS DE COCO PURO PARCIALMEN TE DESIDRATAD O CONTENDO 100 G	PACOTE	COCO RALADO AMENDOAS DE COCO PURO PARCIALMENTE DESIDRATADO CONTENDO 100 G " OBTIDO POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO ISENTO DE IMPUREZAS SUJIDADES E RANCO VALIDADE MINIMA DE 10 MESES A CONTAR DA ENTREGA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA CONTENDO	2000	R\$ 8,25	R\$ 16.493,33
46	COLORIFICO ALIMENTO A	PACOTE	COLORIFICO ALIMENTO A BASE DE URUCUM (CORANTE) PACOTE COM	1000	R\$ 5,14	R\$ 5.143,33

	BASE DE URUCUM (CORANTE) PACOTE COM 100 G		100 G "COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO DE ACORDO COM A RESOLUCAO VIGENTE O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA.			
47	COLORIFICO ALIMENTO A BASE DE URUCUM (CORANTE) PACOTE COM 500 GR	PACOTE	COLORIFICO ALIMENTO A BASE DE URUCUM (CORANTE) PACOTE COM 500 GR "COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO DE ACORDO COM A RESOLUCAO VIGENTE O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRI	1000	R\$ 14,88	R\$ 14.876,67
48	COMPLEMENTO ALIMENTAR MISTURA PRE COZIDA PARA PREPARO DE MINGAU ENRIQUECIDO COM VITAMINA E MINERAIS CONTENDO 180G	UNIDADE	COMPLEMENTO ALIMENTAR MISTURA PRE COZIDA PARA PREPARO DE MINGAU ENRIQUECIDO COM VITAMINA E MINERAIS CONTENDO 180G FARINHA DE CEREAL (ARROZ MILHO OU AVEIA) ACUCAR AMIDO DE MILHO SAIS MINERAIS VITAM SAL AROMAT EM PO (SOLUVEL)	1000	R\$ 12,10	R\$ 12.096,67
49	COUVE FLOR HORTALICA FRESCA COM FOLHAS INTEGRAS COMPACTAS E FIRMES PCT DE 01 KG	UNIDADE	COUVE FLOR HORTALICA FRESCA COM FOLHAS INTEGRAS COMPACTAS E FIRMES SEM LESOES DE ORIGEM FISICAS OU MECANICA PERFURACOES E CORTES TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES ISENTAS DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS ACONDICIONADA EM SACOLAS. PCT DE 01 KG	50	R\$ 17,60	R\$ 880,00
50	COUVE MANTEIGA	KILOGRAMA	COUVE MANTEIGA ESPECIAL HORTALICA FRESCA COM FOLHAS INTEGRAS COMPACTAS E FIRMES SEM LESOES DE ORIGEM FISICAS OU MECANICA PERFURACOES E CORTES TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES ISENTAS DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS	600	R\$ 8,37	R\$ 5.020,00
51	CRAVO DA INDIA EMBALAGEM DE 30G	UNIDADE	CRAVO DA INDIA: ESPECIFICAÇÃO: CONSTITUÍDOS POR BOTÕES FLORAIS SÃO, SECOS E LIMPOS. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, INTEGRO, ATÓXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO. EMBALAGEM DE 30G	300	R\$ 14,73	R\$ 4.419,00
52	CREME DE LEITE CONTENDO 200 GRAMAS	UNIDADE	CREME DE LEITE CONTENDO 200 GRAMAS	500	R\$ 7,05	R\$ 3.526,67
53	DOCE TIPO: BALA MACIA	PACOTE	DOCE TIPO: BALA MACIA SABORES DIVERSOS EMBALADA	500	R\$ 11,73	R\$ 5.865,00

	PACOTE CONTENDO 500 GRAMAS		INDIVIDUALMENTE POR PLASTICO ATOXICO PACOTE CONTENDO 500 GRAMAS			
54	CHICLETE DE BOLA	PACOTE	DOCE TIPO: CHICLETE DE BOLA SABORES DIVERSOS EMBALAGEM: PACOTES COM 100 UNIDADES (400 G)	500	R\$ 14,32	R\$ 7.160,00
55	PIPOCA DOCE. FARDO COM 30 SAQUINHOS DE PIPOCA	FARDO	DOCE TIPO: PIPOCA DOCE. FARDO COM 30 SAQUINHOS DE PIPOCA EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO NO MÍNIMO 40G CADA UNIDADE. PIPOCA DOCE. INGREDIENTES: CANJICA, ÁGUA E AÇÚCAR. NATURAL E SEM CONSERVANTES. SEM GLÚTEN. FARDO COM 30 SAQUINHOS DE PIPOCA EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO 50G CADA UNIDADE. DATA DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 90 DIAS.	500	R\$ 32,63	R\$ 16.315,00
56	DOCE TIPO: PIRULITO SIMPLES SABORES DIVERSOS EMBALADA INDIVIDUAL MENTE POR PLASTICO: ATOXICO PACOTE CONTENDO 500 GRAMAS	PACOTE	DOCE TIPO: PIRULITO SIMPLES SABORES DIVERSOS EMBALADA INDIVIDUALMENTE POR PLASTICO: ATOXICO PACOTE CONTENDO 500 GRAMAS	500	R\$ 11,60	R\$ 5.798,33
57	ERVA DOCE SECA ANIZ EM PO HOMOGENE O CONTENDO 10 G	PACOTE	ERVA DOCE SECA ANIZ EM PO HOMOGENEO CONTENDO 10 G "OBTIDA DE FRUTOS MADUROS MOIDOS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS SAOS LIMPOS E DESSECADOS DE COLORACAO VERDE PARDACENTA COM ASPECTO COR CHEIRO AROMATICO E SABOR LEVEMENTE ADOCICADO ISENTA DE MATERIS 10 G	200	R\$ 8,66	R\$ 1.732,67
58	ERVILHA VERDE EM CONSERVA SIMPLES INTEIRA LATA COM 170 GRAMAS	UNIDADE	ERVILHA VERDE EM CONSERVA SIMPLES INTEIRA LATA COM 170 GRAMAS	70	R\$ 6,16	R\$ 430,97
59	ESPINAFRE HORTALICA FRESCA COM FOLHAS INTEGRAS COMPACTAS E FIRMES SEM LESOES	PACOTE	ESPINAFRE HORTALICA FRESCA COM FOLHAS INTEGRAS COMPACTAS E FIRMES SEM LESOES "DE ORIGEM FISICAS OU MECANICA PERFURACOES E CORTES TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES ISENTAS DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS ACONDICIONADA EM SACOLAS	100	R\$ 14,08	R\$ 1.408,00
60	EXTRATO DE TOMATE	UNIDADE	EXTRATO DE TOMATE SIMPLES CONCENTRADO ISENTO DE SUJIDADES	1000	R\$ 5,38	R\$ 5.376,67

	SIMPLES CONCENTRA DO ISENTO DE SUJIDADES E FERMENTAC AO EXTRATO DE TOMATE SACHÊ 300G		E FERMENTACAO EXTRATO DE TOMATE SACHÊ 300G			
61	FARINHA DE MANDIOCA SECA FINA	KILOGRAMA	FARINHA DE MANDIOCA SECA FINA LIGEIRAMENTE TORRADA ESCURA ISENTA DE SUJIDADES PARASITOS E LARVAS VALIDADE MINIMA 07 MESES A CONTAR DA ENTREGA ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO	1300	R\$ 11,50	R\$ 14.945,67
62	FARINHA DE MILHO PACOTE COM 1 KG	PACOTE	FARINHA DE MILHO GRUPO: SECA SUBGRUPO: "GROSSA FORNECIMENTO: PACOTE COM 1 KG CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ISENTAS DE MATERIA TERROSA E PARASITOS NAO PODERA ESTAR UMIDA FERMENTADA OU RANCOSA PRODUTO PROPRIO PARA CONSUMO HUMANO	500	R\$ 9,58	R\$ 4.791,67
63	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO ENRIQUECID A COM FERRO E ACIDO FOLICO	PACOTE	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO "ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE CONTENDO 1KG LIMPO NAO VIOLADO E RESISTENTE A EMBALAGEM DEVERA CONTER OS DADOS DE IDENTIFICACAO PROCEDENCIA	1000	R\$ 6,27	R\$ 6.266,67
64	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO ENRIQUECID A COM FERRO E ACIDO FOLICO "ACONDICIO NADO EM SACO PLASTICO TRANSPAREN TE CONTENDO 1KG	PACOTE	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO "ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE CONTENDO 1KG LIMPO NAO VIOLADO E RESISTENTE A EMBALAGEM DEVERA CONTER OS DADOS DE IDENTIFICACAO PROCEDENCIA INFORMACOES	1000	R\$ 5,49	R\$ 5.490,00
65	FEIJAO CARIOCA 1 KG	PACOTE	FEIJAO CARIOCA 1 KG LEGUMINOSA PROCESSADA, TIPO: FEIJÃO CARIOCA, PREPARO: COZIDA, APRESENTAÇÃO: À VÁCUO. DESCRIÇÃO ADICIONAL: CARIOCA, TIPO 01, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS, LIVRE DE MATERIAIS TERROSOS, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS ESPÉCIES, ACONDICIONADO	500	R\$ 7,55	R\$ 3.776,67

			EM EMBALAGEM ADEQUADA E RESISTENTE. FORNECIDO EM PACOTE DE 1KG. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES ACERCA DE: PROCEDÊNCIA, MARCA, PRAZO DE VALIDADE, ENTRE OUTROS (NO QUE COUBER), E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OBSERVADAS AS SUAS ESPECIFICAÇÕES.			
66	FEIJAO CARIOCA 5KG	PACOTE	FEIJAO CARIOCA 5KG LEGUMINOSA PROCESSADA, TIPO: FEIJÃO CARIOCA, PREPARO: COZIDA, APRESENTAÇÃO: À VÁCUO. DESCRIÇÃO ADICIONAL: CARIOCA, TIPO 01, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS, LIVRE DE MATERIAIS TERROSOS, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS ESPÉCIES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA E RESISTENTE. FORNECIDO EM PACOTE DE 5KG.NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES ACERCA DE: PROCEDÊNCIA, MARCA, PRAZO DE VALIDADE, ENTRE OUTROS (NO QUE COUBER), E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OBSERVADAS AS SUAS ESPECIFICAÇÕES.	2000	R\$ 39,32	R\$ 78.646,67
67	FEIJÃO PRETO TIPO1 - EMBALADOS EM SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE 1 KG	PACOTE	FEIJÃO PRETO TIPO1 - EMBALADOS EM SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 06(SEIS) MESES. APRESENTAR 02(DUAS) AMOSTRAS, NA EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A AMOSTRA DEVERÁ SER CORRESPONDENTE AO PRODUTO ENTREGUE. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ATUAL	600	R\$ 9,87	R\$ 5.924,00
68	FERMENTO EM PO BIOLÓGICO SECO ACOTE CONTENDO 15 G	PACOTE	FERMENTO EM PO BIOLÓGICO SECO EMBALAGEM EM PLÁSTICA RESISTENTE NÃO VIOLADO CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 90 (NOVENTA) DIAS A PARTIR AS D PACOTE CONTENDO 15 G	200	R\$ 9,00	R\$ 1.800,67
69	FERMENTO EM PO QUÍMICO SECO EMBALAGEM DE 100 GRAMAS	PACOTE	FERMENTO EM PO QUÍMICO SECO EMBALAGEM EM FRASCO RESISTENTE NÃO VIOLADO CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS NÚMERO DE LOTE QUANTIDADE DO	500	R\$ 6,30	R\$ 3.148,33

			PRODUTO DE 100 GRAMAS DATA DE VALIDADE MINIMA D "			
70	FOLHA DE LOURO EMBALAGEM DE 4 GRAMAS	UNIDADE	FOLHA DE LOURO, ESPECIARIA EM FOLHAS SECAS, SÃS, LIMPAS, DE COLORAÇÃO PARDACENTA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO. EMBALAGEM DE 4 GRAMAS	600	R\$ 3,16	R\$ 1.898,00
71	FUBA DE MILHO SIMPLES PACOTE 1 KG.	PACOTE	FUBA DE MILHO SIMPLES DO GRAO DE MILHO MOIDO DE COR AMARELA COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS COM AUSENCIA DE UMIDADE FERMENTACAO RANCO ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS VALIDADE MINIMA 06 MESES A CONTAR DA ENTREGA. FUBA PACOTE 1 KG.	1000	R\$ 6,07	R\$ 6.073,33
72	GELATINA SABORES DIVERSOS (UVA LIMAO MORANGO ABACAXI TUTI FRUTI) PCT COM 20 G	UNIDADE	GELATINA SABORES DIVERSOS (UVA LIMAO MORANGO ABACAXI TUTI FRUTI) COM ACUCAR AROMATIZANTE PODENDO SER ADICIONADA DE CORANTES NATURAIS ACONDICIONADA EM SACOS PLASTICOS INTEGROS E RESISTENTES. PCT COM 20 G	500	R\$ 1,84	R\$ 921,67
73	GENGIBRE	KILOGRAMA	GENGIBRE: DEVENDO SER GRAÚDA, SEM BROTO, COM POLPA INTACTA E LIMPA, COM COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES TÍPICOS DA VARIEDADE	100	R\$ 13,17	R\$ 1.316,67
74	INHAME RAIZ CARNUDA E GROSSA IN NATURA	KILOGRAMA	INHAME RAIZ CARNUDA E GROSSA IN NATURA LIMPA ESCOVADA E ACONDICIONADA DE FORMA A EVITAR DANOS FISICOS MECANICOS E BIOLOGICOS AUSENCIA DE PARASITAS SUJIDADES LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A CASCA PODENDO SER ORGANICO	1000	R\$ 9,06	R\$ 9.063,33
75	IOGURTE SABORES VARIADOS EMBALAGEM DE 110 G BISNAGA.	UNIDADE	IOGURTE: COMPOSTO DE LEITE PASTEURIZADO PADRONIZADO ACUCAR CRISTAL SABORES DIVERSOS (POLPA DA FRUTA AGUA ACUCAR AROMA ARTIFICIAL GOMA ALFARROBA CONSERVANTE SORBATO DE POTASSIO ACIDULANTE ACIDO CITRICO CORANTE. EMBALAGEM DE 110 G BISNAGA. PACOTE COM 10 UNIDADES.	12000	R\$ 1,64	R\$ 19.720,00
76	LARANJA IN NATURA	KILOGRAMA	LARANJA FRUTO DE TAMANHO MEDIO COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO ISENTA DE ENFERMIDADES PARASITAS E LARVAS MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FISICOS E	1000	R\$ 14,30	R\$ 14.296,67

77	LEITE CONDENSADO TRADICIONAL "DEVIDAMENTE EMBALADOS SEM IMPERFEICOES EMBALAGEM COM 395 GRS	UNIDADE	LEITE CONDENSADO TRADICIONAL "DEVIDAMENTE EMBALADOS SEM IMPERFEICOES EMBALAGEM COM 395 GRS	350	R\$ 7,31	R\$ 2.559,67
78	LEITE DE COCO VIDRO CONTENDO 200 ML	UNIDADE	LEITE DE COCO VIDRO CONTENDO 200 ML	200	R\$ 6,16	R\$ 1.231,33
79	LEITE DESNATADO EM PO	UNIDADE	LEITE DESNATADO EM PO MALTO DEXTRINA LEITEINTEGRAL EM PO ACUCAR VITAMINAS (A C D E B12 TIAMINA RIBOFLAVINA NICOTINAMIDA PIRIDOXINA PANTOTENATO DE CALCIO) E SULFATO FERROSO (COMPOSICAO SUSTAGEN)	500	R\$ 29,16	R\$ 14.578,33
80	LEITE DESNATADO UHT EMBALAGEM TETRA PARK EMBALAGEM DE 1 LITRO	LITRO	LEITE DESNATADO UHT EMBALAGEM TETRA PARK EMBALAGEM DE 1 LITRO "	500	R\$ 7,24	R\$ 3.618,33
81	LEITE DE VACA INTEGRAL LONGA VIDA HOMOGENEIZADO	LITRO	LEITE DE VACA: INTEGRAL LONGA VIDA HOMOGENEIZADO EMBALAGEM CARTONADA DE 1(HUM) LITRO " TIPO TETRA PACK	7000	R\$ 13,00	R\$ 91.000,00
82	LEITE DE VACA ZERO LACTOSE	LITRO	LEITE DE VACA ZERO LACTOSE. LEITE SEMIDESNATADO, ENZIMA LACTASE E ESTABILIZANTES TRIFOSFATO DE SÓDIO, CITRATO DE SÓDIO E MONOFOSFATO DE SÓDIO, DIFOSFATO DE SÓDIO. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	1000	R\$ 7,20	R\$ 7.196,67
83	LEITE EM PO 100% INTEGRAL	PACOTE	LEITE EM PO 100% INTEGRAL SEM ADICAO DE ACUCAR EMBALADO EM PACOTE ALUMINIZADO LIMPO NAO VIOLADO RESISTENTE A EMBALAGEM DEVE CONTER 400G DE PESO LIQUIDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO FABRICANTE VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO	2000	R\$ 16,90	R\$ 33.800,00
84	LIMAO TAITI	KILOGRAMA	LIMAO TAITI FRUTO DE TAMANHO MEDIO COM CARACTERISTICAS FRESCO LIMPO DE VEZ (POR AMADURECER) E COLORACAO UNIFORME APRESENTANDO GRAU DE	500	R\$ 7,54	R\$ 3.770,00

			MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOOES DE CONSUMO			
85	MACARRAO ESPAGUETE MASSA COM SEMOLA	UNIDADE	MACARRAO ESPAGUETE MASSA COM SEMOLA ISENTA DE MATERIA TERROSA E PARASITOS ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO CONTENDO 1KG CONTENDO ATOXICO COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	3500	R\$ 5,74	R\$ 20.090,00
86	MACARRAO SEM GLUTEN MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS PACOTE DE 500G	UNIDADE	MACARRAO SEM GLUTEN. MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS, PODENDO SER NO CORTE ESPAGUETE, PENNE OU PARAFUSO. NÃO CONTER GLÚTEN. EMABALAGEM DE 500GR. VALIDADE DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.PACOTE DE 500G	1000	R\$ 8,15	R\$ 8.153,33
87	MACARRAO TIPO PADRE MASSA COM SEMOLA	UNIDADE	MACARRAO TIPO PADRE MASSA COM SEMOLA ISENTA DE MATERIA TERROSA E PARASITOS ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE CONTENDO 500G ATOXICO COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	4000	R\$ 5,67	R\$ 22.666,67
88	MACARRAO TIPO PARAFUSO MASSA COM SEMOLA	UNIDADE	MACARRAO TIPO PARAFUSO MASSA COM SEMOLA ISENTA DE MATERIA TERROSA E PARASITOS ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE CONTENDO 500G ATOXICO COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	2000	R\$ 5,64	R\$ 11.286,67
89	MACA TIPO FUJI	KILOGRAMA	MACA TIPO FUJI FRUTO DE TAMANHO MEDIO "MACA TIPO FUJI FRUTO DE TAMANHO MEDIO COM CARACTERISTICAS INTEGRAS FRESCO LIMPO E COLORACAO UNIFORME AROMA COR E SABOR TIPICOS DA ESPECIE APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE	3000	R\$ 15,88	R\$ 47.630,00
90	MACA TIPO GALA	KILOGRAMA	MACA TIPO GALA FRUTO DE TAMANHO MEDIO "COM CARACTERISTICAS INTEGRAS FRESCO LIMPO E COLORACAO UNIFORME AROMA COR E SABOR TIPICOS DA ESPECIE APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO	300	R\$ 15,31	R\$ 4.593,00
91	MAIONESE	PACOTE	MAIONESE, INSENTA DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS OU PRODUTO QUE SEJAM IMPROPRIOS PARA O CONSUMO OU QUE ALTEREM SUAS CARACTERISTICAS NATURAIS, POTE DE 500GR VALIDADE MINIMA DE 04 MESES	200	R\$ 11,71	R\$ 2.342,67

92	MAMAO FRUTO	KILOGRAMA	MAMAO FRUTO DE TAMANHO MEDIO COM CARACTERISTICAS INTEGRAS FRESCO DE VEZ (POR AMADURECER) LIMPO COLORACAO UNIFORME APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICIONES	500	R\$ 12,27	R\$ 6.136,67
93	MANDIOCA RAIZ TIPO BRANCA OU AMARELA	KILOGRAMA	MANDIOCA RAIZ TIPO BRANCA OU AMARELA FRESCA E COM CASCA INTEIRA NAO FIBROSA ISENTA DE UMIDADE RAIZES MEDIANAS FIRME E COMPACTA SABOR E COR PROPRIOS DA ESPECIE ISENTA DE ENFERMIDADES PARASITAS E LARVAS MATERIAL TERROSO E SUJIDADEI	1000	R\$ 8,07	R\$ 8.070,00
94	MANGA FRUTO	KILOGRAMA	MANGA FRUTO DE TAMANHO MEDIO COM CARACTERISTICAS INTEGRAS E DE PRIMEIRA QUALIDADE FRESCO LIMPO E COLORACAO ADEQUADAS PARA O CONSUMO "	100	R\$ 9,19	R\$ 919,33
95	MANTEIGA COMUM COM SAL EMBALAGEM PLASTICA DE 500 GRS.	UNIDADE	MANTEIGA COMUM COM SAL COMPOSTA DE CREME DE LEITE, E CLORETO DE SÓDIO E CORANTE NATURAL DE URUCUM, SEM GLUTEM, VALIDADE MINIMA DE PELO MENOS 3 MESES, EMBALAGEM PLASTICA DE 500 GRS.	500	R\$ 26,34	R\$ 13.168,33
96	MARACUJA EM GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO	KILOGRAMA	MARACUJA EM GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO ACONDICIONADO EM REDE PLASTICA COM IDENTIFICACAO DE PESO "	300	R\$ 14,32	R\$ 4.296,00
97	MARGARINA COM SAL E SEM GORDURA POTE DE 500G	UNIDADE	MARGARINA COM SAL E SEM GORDURA TRANS PODENDO CONTER VITAMINA E OUTRAS SUBSTANCIAS "PERMITIDAS, CM ASPECTO COR , CHEIRO E SABOR PROPRIOS VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA ENTREGA, EM POTES DE 500 GRS	1000	R\$ 14,71	R\$ 14.706,67
98	MASSA PARA PASTEL GRANDE, FRESCA, EM ROLO CONTENDO 500G	UNIDADE	MASSA PARA PASTEL GRANDE, FRESCA, EM ROLO CONTENDO 500G	450	R\$ 12,13	R\$ 5.457,00
99	MELANCIA FRUTA GRAÚDA	KILOGRAMA	MELANCIA FRUTA GRAÚDA DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM GRAU DE MATURACÃO ADEQUADO QUE PERMITA CONSUMO IMEDIATO, SEM SUJIDADES, DEFEITOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, E SEM RACHADURAS CAUSADAS PELO TRANSPORTE	6000	R\$ 11,94	R\$ 71.620,00
100	MEL DE ABELHA	UNIDADE	MEL DE ABELHA PURO CONTENDO 500 G	50	R\$ 34,04	R\$ 1.702,17

	PURO CONTENDO 500 G					
101	MILHO DE CANJICA BRANCA EMBALAGEM DE 500 GRS	PACOTE	MILHO DE CANJICA BRANCA ", PREPARADO COM MATERIA PRIMA SÃ, LIMPA, INSENTA DE MATÉRIA TERROSA DE PARASITAS E DE DETRITOS VEGETAIS OU ANIMAIS, VALIDADE MINIMA DE 09 MESES, EMBALAGEM DE 500 GRS	2000	R\$ 5,19	R\$ 10.380,00
102	MILHO DE PIPOCA 500G	PACOTE	MILHO DE PIPOCA 500G	4000	R\$ 6,01	R\$ 24.053,33
103	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 2 KG	LATA	MILHO VERDE EM CONSERVA, SIMPLES, GRAOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO, TAMANHO NE COLORAÇÃO UNIFORMES, ACONDICIONADO EM LATA 2 KG VALIDADE MINIMA DE 16 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	100	R\$ 29,00	R\$ 2.900,00
104	MILHO VERDE LATA 170G	LATA	MILHO VERDE LATA 170G	1500	R\$ 3,78	R\$ 5.665,00
105	MISTURA EM PO PARA O PREPARO DE BOLOS PCT COM NO MINIMO 400 G	PACOTE	MISTURA EM PO PARA O PREPARO DE BOLOS SENDO NECESSARIO APENAS A ADICAO DE OVOS E LEITE COMPOSICAO FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO ACUCAR GORDURA VEGETAL HIDROGENADA AMIDO DE MILHO FERMENTO QUIMICO PCT COM NO MINIMO 400 G	500	R\$ 5,65	R\$ 2.826,67
106	MISTURA PARA PREPARO DE PAO DE QUEIJO EMBALAGEM DE 1 KG	PACOTE	MISTURA PARA PREPARO DE PAO DE QUEIJO. PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE. EMBALAGEM DE 1 KG DE POLIETILENO LEITOSO ATÓXICO. COM VALIDADE DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO, RESPEITANDO AS CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM. DEVE TER TEOR DE UMIDADE MENOR QUE 7%. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	500	R\$ 17,79	R\$ 8.896,67
107	MOLHO DE TOMATE PRONTO E TEMPERADO EMBALAGEM DE 3,100KG	UNIDADE	MOLHO DE TOMATE PRONTO E TEMPERADO, EMBALAGEM DE 3,100KG COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, SEM ADITIVOS QUIMICOS. VALIDADE NÃO INFERIOR A 6 MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	200	R\$ 24,66	R\$ 4.932,67
108	MORTADELA	KILOGRAMA	MORTADELA: COMPOSTA DE CARNES DE DIFERENTES ESPECIES DE ANIMAIS "DE ACOUGUE CARNES MECANICAMENTE SEPARADAS ATE O LIMITE MAXIMO DE 60% MIUDOS COMESTIVEIS DE DIFERENTES ESPECIES DE ANIMAIS DE ACOUGUE	200	R\$ 15,07	R\$ 3.013,33

			(ESTOMAGO CORACAO LINGUA RINS MIOLOS			
109	OLEO COMESTIVEL, COMPOSTO DE SOJA, 900 ML.	UNIDADE	OLEO COMESTIVEL, COMPOSTO DE SOJA, 900 ML.	3000	R\$ 9,76	R\$ 29.280,00
110	OLEO COMESTIVEL, GIRASOL, VALIDADE MINIMA DE 08 MESES, CONTENDO 900 ML.	UNIDADE	OLEO COMESTIVEL, GIRASOL, VALIDADE MINIMA DE 08 MESES, CONTENDO 900 ML.	1000	R\$ 13,06	R\$ 13.060,00
111	OREGANO, EM FOLHAS SECAS DE COLORAÇÃO VERDE PARDECENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR. 10 G	UNIDADE	OREGANO, EM FOLHAS SECAS DE COLORAÇÃO VERDE PARDECENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR. 10 G	300	R\$ 6,77	R\$ 2.032,00
112	OVOS DE DE GALINHA DE GRANJA CARTELA C 30 UNID	CARTELA	OVOS DE DE GALINHA DE GRANJA CARTELA C 30 UNID DE 1A QUALIDADE BRANCO "FRESCO PESO ENTRE 50 E 55 GR EMBALAGEM EM LAMINA DE PAPELAO FORTE INODORO E SECO EM PERFEITAS CONDICÕES ESTRUTURAIS PADRONIZADAS E ROTULADAS E LACRADAS	2000	R\$ 21,68	R\$ 43.360,00
113	PACOQUINH A DE AMENDOIM EMBALAGEM : EM POTES COM 16 UNIDADES "	POTE	PACOQUINHA DE AMENDOIM EMBALAGEM: EM POTES COM 16 UNIDADES "	500	R\$ 30,21	R\$ 15.105,00
114	PANETONES NATALINOS DE 400GR (QUATROCENTOS GRAMAS) CADA, EMBALADOS EM CAIXAS PERSONALIZADAS, SABOR FRUTAS CRISTALIZADAS OU GOTAS DE CHOCOLATE.	CAIXA	PANETONES NATALINOS DE 400GR (QUATROCENTOS GRAMAS) CADA, EMBALADOS EM CAIXAS PERSONALIZADAS, SABOR FRUTAS CRISTALIZADAS OU GOTAS DE CHOCOLATE.	3000	R\$ 20,27	R\$ 60.800,00
115	PÃO DE QUEIJO, SABOR TRADICIONAL, CONGELADO, EM FORMATO PEQUENO. EMBALAGEM DE 1 KG	UNIDADE	PÃO DE QUEIJO, SABOR TRADICIONAL, CONGELADO, EM FORMATO PEQUENO. EMBALAGEM DE 1 KG	500	R\$ 25,86	R\$ 12.930,00

116	PÃO TIPO BISNAGUINHA A EMBALAGEM DE ATÉ 300G	PACOTE	PÃO TIPO BISNAGUINHA, EMBALAGEM DE ATÉ 300G, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, ÓLEO VEGETAL DE SOJA, GLÚTEN, AÇÚCAR LÍQUIDO INVERTIDO, SAL, CLORETO DE POTÁSSIO, EMULSIFICANTES: MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS E ESTEAROIL-2-LACTIL LACTATO DE CÁLCIO, CONSERVADOR PROPIONATO DE CÁLCIO E MELHORADORES DE FARINHA: FOSFATO MONOCÁLCICO, CLORETO DE AMÔNIO E ÁCIDO ASCÓRBICO. CONTEM GLUTEM	1000	R\$ 12,93	R\$ 12.933,33
117	PERA EM OTIMO GRAU DE CONSERVACAO	KILOGRAMA	PERA EM OTIMO GRAU DE CONSERVACAO	3000	R\$ 15,26	R\$ 45.780,00
118	PESCADO DE MERLUZA PACOTE 800G	PACOTE	PESCADO DE MERLUZA APRESENTACAO EM FILE SEM COURO PELE CONGELADO LIMPO " COM COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS SEM MANCHAS ESVERDEADAS E PARASITAS ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO PACOTE 800G.	1000	R\$ 27,90	R\$ 27.900,00
119	PESSEGO EM CALDA	UNIDADE	PESSEGO EM CALDA EM METADES: PREPARADO A PARTIR DE PESSEGO " AGUA ACUCAR E ACIDULANTE ACIDO CITRICO VALIDADE MINIMA DE TRES ANOS EMBALAGEM PRIMARIA: LATA DE FOLHA DE FLANDRES COM VERNIZ SANITARIO CONTENDO PESO LIQUIDO DE OITOCENTOS 800G	50	R\$ 16,34	R\$ 816,83
120	PICOLÉ VARIADOS SABORES PICOLÉ 200G	UNIDADE	PICOLÉ VARIADOS SABORES PICOLÉ 200G	6000	R\$ 3,92	R\$ 23.500,00
121	PIMENTA DO REINO EMBALAGEM DE 40 GRAMAS "	UNIDADE	PIMENTA DO REINO EMBALAGEM DE 40 GRAMAS "	50	R\$ 6,46	R\$ 323,17
122	POLPA DE FRUTAS, CONGELADA OBTIDOS DE FRUTOS POLPOSOS COMO ACEROLA, GOIABA, CAJU, MANGA, MARACUJA, GRAVIOLA, LARANJA, MORANGO,	PACOTE	POLPA DE FRUTAS, CONGELADA, OBTIDA DE FRUTAS FRESCAS, SÃS E MADURAS COM CARACTERISTICAS FISICAS, QUIMICAS E ORGANOLÉPTICAS DO FRUTO. PRODUTO NÃO DILUIDO, NÃO FERMENTADO, OBTIDOS DE FRUTOS POLPOSOS COMO ACEROLA, GOIABA, CAJU, MANGA, MARACUJA, GRAVIOLA, LARANJA, MORANGO, EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. (EMBALAGEM DE 1 KG COM 05 PCT DE 200 G)	4000	R\$ 26,49	R\$ 105.973,33

	(EMBALAGEM DE 1 KG COM 05 PCT DE 200 G)					
123	POLVILHO AZEDO COR BRANCA	UNIDADE	POLVILHO AZEDO COR BRANCA "ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE CONTENDO 1KG ATOXICO COM VALIDADE MINIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS E SUAS CONDICÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PO	200	R\$ 10,93	R\$ 2.186,00
124	POLVILHO DOCE COR BRANCA	UNIDADE	POLVILHO DOCE COR BRANCA "ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE CONTENDO 1KG ATOXICO COM VALIDADE MINIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS E SUAS CONDICÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PO	200	R\$ 10,41	R\$ 2.082,00
125	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA EMBALAGENS DE 400 GRS	UNIDADE	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA EMBALAGENS DE 400 GRS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE NÃO INFERIOR A 06 MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	250	R\$ 9,70	R\$ 2.425,00
126	QUEIJO MUSSARELA EMBALADO EM PLASTICO INVIOVEL	KILOGRAMA	QUEIJO MUSSARELA EMBALADO EM PLASTICO INVIOVEL "SELADO A VACUO COM VALIDADE MINIMA DE 02 MESES E 4 DIAS A CONTAR DA ENTREGA E SUAS CONDICÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA MA 364 DE 04 09 97 E NTA 11(DECRETO 12486 DE 20 10 78)	600	R\$ 42,40	R\$ 25.438,00
127	QUIABO FRESCO TAMANHO MEDIO	KILOGRAMA	QUIABO FRESCO TAMANHO MEDIO APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO FIRME COM COLORACAO E TAMANHO UNIFORMES TÍPICOS DA VARIEDADE	150	R\$ 20,04	R\$ 3.006,50
128	REFRESCO EM PÓ SUCO SABORES VARIADOS 1 KG	UNIDADE	REFRESCO EM PÓ SUCO SABORES VARIADOS 1 KG	1000	R\$ 16,35	R\$ 16.350,00
129	REFRIGERANTE DE COLA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 2 LITROS "	UNIDADE	REFRIGERANTE DE COLA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 2 LITROS " PORCAO DE 200ML: VALOR ENERGETICO: 85 KCAL = 361KJ CARBOIDRATOS: 21G SODIO: 10MG	2000	R\$ 12,60	R\$ 25.193,33

	PORCAO DE 200ML: VALOR ENERGETICO: 85 KCAL = 361KJ CARBOIDRATOS: 21G SODIO: 10MG					
130	REFRIGERANTE DE GUARANA	UNIDADE	REFRIGERANTE DE GUARANA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 2 LITROS " PORCAO DE 200ML: VALOR ENERGETICO: 82 KCAL = 342KJ CARBOIDRATOS: 21G SODIO: 19MG	2000	R\$ 10,15	R\$ 20.300,00
131	REFRIGERANTE DE LARANJA PET DE 2 LITROS	UNIDADE	Bebida gaseificada não alcoólica, sabor laranja, tipo Fanta, acondicionada em embalagem PET de 2 litros, elaborada com ingredientes básicos como água gaseificada, açúcar, suco ou aroma de laranja, acidulantes, conservantes, corantes e demais componentes permitidos pela legislação vigente, destinada ao consumo humano, devendo apresentar embalagem íntegra, prazo de validade adequado e atender às normas sanitárias aplicáveis.	2000	R\$ 10,35	R\$ 20.706,67
132	REFRIGERANTE DE UVA EMBALAGEM PET DE 2 LITROS	UNIDADE	REFRIGERANTE DE UVA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 2 LITROS " PORCAO DE 200ML: VALOR ENERGETICO: 104 KCAL = 437KJ CARBOIDRATOS: 27G SODIO: 21MG	2000	R\$ 10,17	R\$ 20.333,33
133	REPOLHO VERDE LISO	KILOGRAMA	REPOLHO VERDE LISO ESPECIAL: FRESCO FIRME COM COLORACAO E TAMANHO UNIFORMES E TIPICOS DA VARIEDADE TAMANHO MEDIO FIRME COM COLORACAO E TAMANHO UNIFORMES TIPICOS DA VARIEDADE ISENTO DE ENFERMIDADES FISICAS E MECANICAS	600	R\$ 6,25	R\$ 3.752,00
134	SALGADINHO DE MILHO PACOTE COM 120GR	PACOTE	SALGADINHO DE MILHO , EMBALAGEM PLASTICA ROTULO CONTENDO INFORMACAO NUTRICIONAL DATA DE FABRICACAO DATA DE VALIDADE PACOTE COM 120GR	7000	R\$ 12,52	R\$ 87.663,33
135	SAL GROSSO PACOTE 1KG	PACOTE	SAL GROSSO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO COM 1KG, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO - PCTE 1KG	20	R\$ 3,83	R\$ 76,67
136	SAL MOIDO PCTE 1KG	PACOTE	SAL MOIDO PCTE 1KG	1400	R\$ 1,96	R\$ 2.739,33
137	SARDINHA LATA 125GR	LATA	SARDINHA PESCADO EM CONSERVA PREPARADOS COM PESCADO FRESCO LIMPO VISCERADO APRESENTACAO: INTEIRA COM ESPINHA CONSERVADO EM OLEO COMESTIVEL COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIO ISENTO	150	R\$ 7,14	R\$ 1.071,00

			DE FERRUGEM E DANIFICACAO DAS LATAS SUJIDADES 125GR			
138	SORVETE DE MASSA	KILOGRAMA	SORVETE DE MASSA, PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE PREPARO DE MASSA AERADA COMPOSTA DE ÁGUA, GORDURA E AR, COM MÉDIA DE OVERRUN DE 100% COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: LEITE, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, GLUCOSE, CHOCOLATE, ESTABILIZANTE: MONO E DIGLICERÍDEOS DE AC. GRAXOS, ESPESANTES: CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, CARRAGENATO, GOMA GUAR, VANILA E AROMA NATURAL REFORÇADO DE CHOCOLATE E/OU OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS POR LEI.	500	R\$ 51,17	R\$ 25.583,33
139	SUCO CONCENTRADO INTEGRAL EMBALAGEM DE 500 ML	UNIDADE	SUCO CONCENTRADO INTEGRAL EMBALAGEM DE 500 ML " DEVERA APRESENTAR CONCENTRACAO PARA PREPARO DE 5 LITROS DE SUCO PASTEURIZADO E HOMOGENEIZADO NAO ADOCADO SABORES DIVERSOS	1000	R\$ 13,43	R\$ 13.426,67
140	TANGERINA PONKAN	KILOGRAMA	TANGERINA PONKAN FRUTO DE TAMANHO MÉDIO, DE FORMA GLOBOSA E LEVEMENTE ACHATADA, COM CASCA POUCA ADERENTE E SABOR BASTANTE DOCE, ISENTA DE ENFERMIDADES, PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS	500	R\$ 14,14	R\$ 7.070,00
141	TEMPERO SAL COM ALHO EMBALAGEM 500 GRS	UNIDADE	TEMPERO SAL COM ALHO ISENTA DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPROPRIAS PARA O CONSUMO OU QUE ALTEREM SUAS CARACTERISTICAS NATURAIS EMBALAGEM 500 GRS	1000	R\$ 11,85	R\$ 11.850,00
142	TOMATE FRUTO FRESCO	KILOGRAMA	TOMATE FRUTO FRESCO TAMANHO MEDIO APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICAOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO FIRME COM COLORACAO E TAMANHO UNIFORMES TIPICOS DA	1500	R\$ 10,44	R\$ 15.665,00
143	VAGEM FRESCA	KILOGRAMA	VAGEM: FRESCA COM COLORACAO E TAMANHO UNIFORMES TIPICOS DA VARIEDADE " LEGUMINOSA PLANA VERDE E LISA DE TAMANHO MEDIO COM CARACTERISTICAS INTEGRAS FRESCA LIMPA COLORACAO UNIFORME AROMA COR E SABOR TIPICOS DA	100	R\$ 27,16	R\$ 2.716,33
144	VINAGRE DE ALCOOL FRASCO	UNIDADE	VINAGRE DE ALCOOL ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS ACIDOS ORGANICOS E MINERAIS ESTRANHOS "LIVRE DE SUJIDADES MATERIAL	200	R\$ 3,40	R\$ 679,33

	CONTENDO 750 ML.		TERROSO E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS COM VALIDADE MINIMA 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. FRASCO CONTENDO 750 ML.			
145	VINAGRE DE MAÇÃ FRASCO CONTENDO 750 ML.	UNIDADE	VINAGRE DE MAÇÃ ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS ACIDOS ORGANICOS E MINERAIS ESTRANHOS "LIVRE DE SUJIDADES MATERIAL TERROSO E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS COM VALIDADE MINIMA 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. FRASCO CONTENDO 750 ML.	200	R\$ 7,02	R\$ 1.403,33
146	COCO RALADO UMIDO	PACOTE	COCO RALADO ÚMIDO E ADOÇADO 100G Ingredientes: coco ralado, açúcar, sal, umectante INS 1520 e conservante INS 223. Não contém glúten. Cheiro característico, sem sujidades, sem parasitos e sem larvas. validade mínima de 12 meses. embalagem: primária: pacotes de polietileno atóxico, resistentes, termossoldado ou em filme de poliester metalizado com polietileno, com 100 (cem) gramas.	95	R\$ 5,50	R\$ 522,50

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação do objeto "Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em atendimento as demandas da prefeitura municipal de Itaipé" justifica-se tendo em vista a essencialidade na continuidade dos serviços prestados à população.

2.2 É imprescindível a aquisição parcelada dos produtos considerando que não possuímos local adequado para armazenamento em grande quantidade, o que faz-se necessário sua aquisição para suprir a necessidade de cada secretaria.

2.3 Ao realizar um registro de preços, a administração pública consegue garantir a aquisição do objeto contratado de forma mais ágil e econômica, possibilitando a escolha dos melhores fornecedores e preços, de acordo com as necessidades de cada Secretaria. Dessa forma, é possível garantir a regularidade no abastecimento dos materiais, evitando interrupções nos serviços prestados à população.

3. EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

3.1. O prazo de entrega dos produtos é de até 07 (sete) dias após a solicitação, contados do recebimento da requisição de compras de acordo com o solicitado pela Secretaria.

3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer

pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3. Os bens deverão ser entregues junto aos órgãos na sede do Município nos endereços a serem fornecidos no ato da assinatura da ata de registro de preço.

Garantia, manutenção e assistência técnica

3.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

4.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.1 A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal /fatura, a descrição completa dos itens fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

4.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

4.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

4.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

4.12. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.13. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

4.17. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do documento fiscal, e após formalização da liquidação da despesa, juntamente com as autorizações de fornecimentos, para a Prefeitura Municipal.

4.18. A Prefeitura será responsável por receber a(s) Nota(s) Fiscal(is), juntamente com as autorizações de fornecimento emitidas pelo Setor de Compras, onde fará a conferência das autorizações de fornecimento.

4.19. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedor a, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

4.19.1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) juntamente com as autorizações de fornecimento deverá(ão) serem entregue(s) até o 2º (segundo) dia útil subsequente ao fornecimento dos objetos licitados, não sendo aceito a(s) nota(s) fiscal(is) que chegar(em) depois deste prazo, ficando para serem apuradas no mês seguinte.

Forma de pagamento

4.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5. FORMA E LOCAL DE ENTREGA

5.1. Os produtos serão prestados de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias Municipais, devendo ser entregues no Setor de Compras situado na Prefeitura Municipal de Itaipé, localizada à Praça Frei Venceslau, 01, Centro, Itaipé-MG, por conta do contratado. Os pedidos serão efetuados por meio de requisição própria, emitida pelo Setor de Compras.

5.2. Os produtos, objeto deste Termo, deverão ser entregues de acordo com as necessidades das Secretarias, em prazo não superior a 07 (sete) dias após solicitação do Setor de Compras.

5.3. A entrega será estipulada de acordo com a demanda das Secretarias Municipais devendo ser levado em consideração a impossibilidade de o município fazer um grande estoque de tais materiais.

5.4. Dessa forma, se mostra mais razoável que a entrega seja realizada de maneira parcelada, sempre que houver a necessidade; pelo que o quantitativo será estimado para um período de 12 (doze) meses de fornecimento.

6. DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Buscar-se-á no processo licitatório a compra de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental, em relação aos seus similares; na aquisição dos materiais, poderão ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) que os produtos devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- c) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva; tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), etc. dentre outros que façam parte da composição do item.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2 (dois) dias;

2. O atraso superior a 7 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos

neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas.

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

8. DA GESTÃO DA ATA / CONTRATO ADMINISTRATIVO

8.1. O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato administrativo, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº. 14.133/2021).

8.3. A execução do contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(a) fiscal do contrato administrativos, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

8.4. O(A) fiscal do contrato administrativo anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato administrativo, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

8.5. O(A) fiscal do contrato administrativo informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (§ 2º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

8.6. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº. 14.133/2021).

8.7. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº. 14.133/2021).

8.8. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo (art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).

8.9. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato administrativo (§ 1º do art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).

8.10. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, tal como: e-mail.

8.11. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA

9.1. Executar o objeto deste Termo, em conformidade com o Edital e Anexos, bem como a proposta por ela apresentada, principalmente no que se refere à qualidade dos produtos.

9.2. Prestar esclarecimentos e informações solicitadas pela Administração;

9.3. Aceitar a alteração no objeto da ARP por parte da Detentora da Ata, desde que dentro do limite legal, logicamente que se adequando os custos provenientes da dita alteração.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

10.1. Considerando nossa referência de preço, o valor estimado para a presente contratação é de R\$ 2.204.073,15 (Dois milhões, duzentos e quatro mil, setenta e três reais e quinze centavos). Tal estimativa serve como parâmetro, mas é importante destacar que as efetivas contratações estarão sujeitas à disponibilidade financeira do município e às prioridades estabelecidas pela gestão.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M FGV exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, valendo-se, pois, em regra, da adoção de índices setoriais ou específicos.

11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a

diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.9. O reajuste será realizado segundo a legislação vigente.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do ano em que se der a contratação, informadas pela Secretaria solicitante quando das eventuais e futuras aquisições.

12.2 Na licitação para registro de preços não é necessário a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme preceitua a Lei n.º 14.133/2021.

12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

13.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Itaipé.

13.2. Além do gerenciador, é participante do registro de preços:

- a) Gabinete do Prefeito;
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Secretaria Municipal de Fazenda;
- d) Secretaria Municipal de Agricultura;
- e) Secretaria Municipal de Saúde;
- f) Secretaria Municipal de Educação
- g) Secretaria Cultura, Esporte e Turismo;
- h) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- i) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- j) Secretaria Municipal de Transportes.
- k) Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

14. DISPOSIÇÃO FINAL

14.1. A empresa contratada não poderá subcontratar, total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

Itaipé - MG, 25 de Maio de 2026.

REGIANE PEREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____ / 2026

Processo Licitatório nº 025/2026

Pregão Eletrônico nº 016/2026

O MUNICÍPIO DE ITAIPÉ, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Frei Wenceslau, 01, Centro, CEP 39.815-000, na cidade de Itaipé, inscrito no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2026, Processo Licitatório nº 025/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 068/2023, e mediante as condições a seguir pactuadas:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato (e-mail e telefone):

Representante Legal:

CPF:

1. Do objeto

1.1. Constitui objeto da presente Ata o Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em atendimento as demandas da prefeitura municipal de Itaipé.

1.2. Vinculam esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. dos itens e preços registrados são os que segue:

2.1. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, nas quantidades máximas de cada item:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO (se	UNIDADE MEDIDA	QTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----------	-------	---------------	-------------------	-----	-------------------	----------------

			exigido no edital)				
XX							

2.2. O valor estimado total da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ (.....)

2.3. No preço registrado estão incluídas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre o preço do item, bem como os custos de transportes, materiais, instalações, perdas, mão-de-obra, equipamentos, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços/fornecimentos.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Itaipé.

3.2. Além do gerenciador, é participante do registro de preços:

- a. Gabinete do Prefeito;
- b. Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c. Secretaria Municipal de Fazenda;
- d. Secretaria Municipal de Agricultura;
- e. Secretaria Municipal de Saúde;
- f. Secretaria Municipal de Educação
- g. Secretaria Cultura, Esporte e Turismo;
- h. Secretaria Municipal de Assistência Social;
- i. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- j. Secretaria Municipal de Transportes.
- k. Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

5.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

5.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.9. Se a CONTRATADA deixar de executar os serviços/fornecimento dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço/objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço

registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar/receber a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista nesse instrumento; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra, do orçamento vigente para o município.

12. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

12.1. Prazo de entrega do objeto licitado, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da Ordem de Compra será de 07 (sete) dias.

12.2. A entrega ocorrerá nos endereços indicados na Ordem de Fornecimento, dentro dos limites do município no horário das 07h00 às 13h00.

12.3. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na Proposta, devendo ser substituídos, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

12.5. O prazo de garantia contra defeito e vícios de fabricação será para cada item, sem qualquer ônus adicional para o Município de Itaipé/MG, contados a partir do seu recebimento definitivo.

13. DA ASSINATURA ELETRÔNICA E/OU DIGITAL

13.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

13.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

13.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos no documento, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

14. DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Novo Cruzeiro/MG, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, foi o presente assinado eletronicamente pelas partes contraentes.

Itaipé – MG, ... de de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ-MG

.....
Cargo
Órgão Gerenciador

.....

Empresa Detentora da ARP

ANEXO III

TERMO DE CONTRATO Nº ____ / 2026

Processo Licitatório nº 025/2026

Pregão Eletrônico nº016/2026

Pelo presente Termo de Contrato, são partes, através de seus representantes no final nomeados como: CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE ITAIPÉ, entidade de direito público, CNPJ nº....., sediada na Praça Frei Wenceslau, 01, Centro, CEP: 39.815-000, na cidade de Itaipé (MG), e aqui representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, ..., portador do CPF nº e, como CONTRATADA a empresa, inscrita no CNPJ sob o Nº, com sede na Rua, cidade de, e aqui representada por seu representante legal, portado do CPF nº, adjudicatária do Pregão Eletrônico nº.016/2026, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Decretos Municipais que regulamento a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito municipal de Itaipé - MG, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1. E objeto do presente termo de contrato Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em atendimento as demandas da prefeitura municipal de Itaipé, conforme condições estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL)	UNID	QUANT.	VR. UNIT	VR. TOTAL
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA E À PROPOSTA DA LICITANTE VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO:

2.1 - O Termo de Referência;

2.2 - O Edital da Licitação;

2.3 - A Proposta do contratado;

2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS

3.1. As legislações aplicáveis à execução deste contrato administrativo, inclusive quanto aos casos omissão, são:

3.1.1. Lei nº. 14.133/2021;

3.1.2. Decretos Municipais que regulamentam a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito municipal de Itaipé - MG.

4. CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de (xx) contados do(a), prorrogáveis, desde que a autoridade competente ateste que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção do contrato administrativo sem ônus para qualquer das partes (arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021).

5. CLÁUSULA QUINTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO

5.1. O regime de execução ou a forma de fornecimento está prevista no TR.

6. CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO

6.1. O preço deste contrato administrativo é de R\$.. (.....).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.4. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência.

6.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado do orçamento estimado, ou seja: de de 2026, salvo no caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro.

6.6. Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.8. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.9. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.10. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.12. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DOS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA O PAGAMENTO

7.1. Os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para o pagamento estão previstos no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA: DOS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO

8.1. Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando o for caso, estão previstos no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA: DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação administrativa correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentaria Anual - LOA - do Município de Itaipé - MG deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

[...]

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da LOA respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO

10.1. A gestão deste contrato administrativo, observados os requisitos definidos em regulamento está previsto no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, SE FOR O CASO

11.1. Não haverá repactuação de preços neste caso, conforme inciso LIX do art. 6º c/c inciso II do § 8º do art. 25 c/c inciso II do § 4º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO

12.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de, no máximo, 30 (trinta) dias.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR SUA PLENA EXECUÇÃO, QUANDO EXIGIDAS, INCLUSIVE AS QUE FOREM OFERECIDAS

PELO CONTRATADO NO CASO DE ANTECIPAÇÃO DE VALORES A TÍTULO DE PAGAMENTO

13.1. Não foi exigência de garantia contratual.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº. 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

14.1. O prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, estão previstos no TR.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

15.1 - As obrigações das partes estão previstas no edital do Pregão.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO

16.1. As penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo estão previstos no edital do Pregão.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS CASOS DE EXTINÇÃO

17.1. O contrato administrativo se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

17.2. O contrato administrativo pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº. 14.133/2021.

17.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada o ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato administrativo.

17.2.2.1. Se a operação implicar mudança da Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Da Assinatura Eletrônica e/ou Digital

18.3. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

18.4. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

18.5. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos no documento, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

19. CLÁUSULA VIGÉSIMA: Das disposições finais

19.1. O Contratante fará a publicação deste contrato administrativo nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

19.2. O foro da Justiça Estadual de Novo Cruzeiro - MG, é eleito para dirimir os eventuais litígios que decorrerem da execução deste contrato administrativo que não puderem ser compostos pela conciliação (§ 1º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021).

Itaipé - MG, ... de de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL - CONTRATANTE

FORNECEDOR / CONTRATADO

ANEXO IV

DAS DECLARAÇÕES

Processo Licitatório nº 025/2026

Pregão Eletrônico nº 016/2026

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na Praça/Rua/Av. _____, nº. _____, bairro _____, cidade de _____, estado de _____, por intermédio de seu(ua) sócio(a)-administrador(a), senhor(a) _____, inscrito no CPF nº. __, **declara**, para os devidos fins:

() Não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

() Atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

() Minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

() Não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. Local e data.

Assinatura

ANEXO V

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Processo Licitatório nº 025/2026

Pregão Eletrônico nº 016/2026

1 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do Pregão deverá(ão) apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa, os seguintes documentos comprobatórios de habilitação, sendo que tais documentos deverão ser encaminhados pela plataforma eletrônica AMMlicita.

1.2. Para habilitar-se no certame, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo, observando o disposto nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

2 - DA HABILITAÇÃO

2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato Social Consolidado), devidamente acompanhado do documento de identificação dos sócios e CPF;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação comprobatória;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício, devidamente acompanhado do documento de identificação dos sócios e CPF;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;
- g) A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, deverá comprovar tal condição mediante certidão simplificada expedida com data do ano em curso pela Junta Comercial, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações advindas da Lei Complementar 147/2014;

h) Número de telefone para contato e e-mail, e-mail este que valerá como meio oficial para recebimento de comunicados, notificações e intimações, de qualquer natureza, mesmo em processos administrativos de aplicação de sanções e de responsabilização;

2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação, judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

a.1) Nas hipóteses em que a Certidão de Recuperação Judicial ou Extrajudicial encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação / deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial / extrajudicial em vigor.

2.5 DEMAIS CONDIÇÕES:

Será realizada a **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (Cadastro de Pessoas Inidôneas) junto ao portal do TCU**, obtido através do link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, promovendo-se a INABILITAÇÃO dos licitantes que apresentarem restrições em licitar ou contratar com a Administração Pública.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 - As empresas participantes que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos, serão consideradas INABILITADAS.

Nota 04 - Os documentos relacionados nesta seção, referir-se-ão sempre à jurisdição do local de domicílio da sede do proponente.

